

Triângulo Mineiro — Ass. Rural de Uberlândia. — Ass. Rural de Araguari — Ass. Rural de Ituiutaba — Ass. Rural de Prata — Ass. Rural de Conquistista — Ass. Rural de Campo Florido — Delegações de Água Comprida — Ass. Rural de Piassu — Ass. Rural de Patrocínio — Ass. Rural de Frutal — Delegação de Veississimo — Delegação de Conceição das Alagoas — Ass. Rural de Tupaciguara”.

Aí está, Sr. Presidente, nestes dois exemplos que citamos, de Corinto e do Triângulo Mineiro, a disposição inabalável do povo mineiro de resistir contrapor à onda subversiva a força articulada e homogênea da reação preparada contra a anarquia, contra a mazorca, contra os maus brasileiros. E aqui, deste posto para onde me mandou o povo mineiro, estarei atento para dizer sempre a palavra de protesto, para reunir os meus esforços às providências legislativas, a estes patrióticos e sadios movimentos que, em Minas Gerais e em todo o Brasil se erguem para preservação da democracia e dos destinos cristãos da nossa Pátria. (*Muito bem*).

O SR. PAULO MACARINI (*Para uma comunicação*) * — Sr. Presidente, Senhores Deputados, medida de alto alcance social é o decreto n.º 53.342, de 24 de dezembro de 1963, que fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para pagamento dos membros da magistratura e do Ministério Público estaduais.

Esta medida, Sr. Presidente, que bem revela a sensibilidade e o alto espírito de solidariedade humana do Presidente João Goulart, irá de encontro às necessidades da preservação da dignidade econômica dos juizes e promotores de todo o país, mesmo porque esses magistrados praticam, nas comunas mais

distantes deste país, atos também relacionados com a vida pública da administração federal, tais como nos feitos da Fazenda, ou se chamados a colaborar na Justiça Eleitoral e também nas decisões dos conflitos entre empregados e empregadores, na aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, embora assinado em dezembro de 1963 o decreto número 53.342, não conhecemos, ainda, medida concreta para estabelecimento desta norma de ação de reparar uma grande injustiça que se vinha cometendo para com os magistrados deste País, razão por que formulo apêlo ao Senhor Ministro da Justiça para que determine quanto antes a fixação das normas, convencionais deste importante decreto. Encareço ainda ao Governo a conveniência de que estas medidas de amparo, de auxílio financeiro sejam estendidas aos serventuários da Justiça e de que se complementem, na base do maior salário mínimo vigente no País, os vencimentos dos professores primários municipais espalhados por todos os rincões da Pátria brasileira. (*Muito bem*.)

O SR. CARVALHO SOBRINHO — (*Para uma comunicação*) Senhor Presidente, o “Diário de Notícias” de ontem insere em uma de suas páginas uma notícia ou um pequeno tópico que tem algo de pitoresco e, talvez, de verdadeiro. Insinua, assim, com muita sutileza, delicadamente, que o nosso ilustre 1.º Secretário, Senhor José Benifácio, ao evento da grande convenção do Partido Social Progressista, na Guanabara, teria feito o primeiro teste no sentido de que a Câmara, como aquelas pombas do Raimundo Correia, ruflando as asas, sacudindo as penas, volte em bando e revoada para o antigo pombal, tudo, por lá, no Palácio Tiradentes, funcionou como um relógio. Plenário, ar refrigerado, portaria, elevadores etc.

Isto, no conjunto de medidas que sempre aparecem, quando da

* Não foi revisto pelo orador.

renovação da Mesa desta Casa, pode significar uma dessas benesses eleitorais tão ao sabor do Presidente Ranieri Mazzilli e do nosso prezado colega Sr. José Bonifácio.

E' possível que a notícia de que a Câmara volte para o Rio seja uma alegre providência eleitoral, que o Presidente Ranieri Mazzilli esteja fazendo insinuar por muitos processos no sentido de assegurar a sua reeleição. Se fôr, e lograr êxito terá o meu voto... Mas, Senhor Presidente, boato ou não, verdade ou não, notícia ou não, tópico ou não, ela revela uma situação de inquietação geral. Brasília, já se tornou uma reminiscência farrônica do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. E' incontestavelmente, hoje, um submundo comunitarizante da arquitetura do Senhor Niemeyer. Estamos, aqui, como que no limbo.

Ainda há pouco um jornalista me dizia, no Rio de Janeiro, que a Câmara deixou de ser notícia em relação ao Congresso, notícia em relação ao povo, notícia em relação à própria vivência e à própria realidade em que nos encontramos.

Estou colocando, hoje, nesses termos, o problema, Sr. Presidente, porque o boato, cidadão travestido ora de cartola, ora à candango, que todo mundo conhece e nêle não acredita, nem deixa de acreditar às vezes faz circular ou insinua acontecimentos que se tornam realidade por constituírem prenúncios de aspiração ou necessidade coletiva.

Quais os que ainda não ouviram por exemplo êste boato: um dia os comunistas do Sr. Leonel Brizzola, que têm agitado o Brasil inteiro, vão fechar as duas entradas que chegam a Brasília, via Belo Horizonte e Via Uberaba. Uma pequena greve no aeroporto local vai insular, em determinado momento o Supremo Tribunal e os remanescentes Deputados que ficarem neste planalto. E, então, estará em marcha o processo da intervenção. O estado de sítio virá para abrir

as portas do continuismo através da república sindicalista. O Congresso não poderá reunir-se...

Os acontecimentos vão-se acelerando, a inquietação é geral. Minas, ainda agora, foi retrato disso.

E' preciso, pois que o Sr. Ranieri Mazzilli não seja aquele pobre ceguinho, o Bartimeu de Jericó, carente do milagre, para ver com clareza o fim do Congresso... Que abra os olhos para a realidade, à vista de todos, e incorpore, de fato, na sua propaganda eleitoral, a volta desta Casa para funcionar no Rio de Janeiro (*palmas*) enquanto, em Petrópolis, permanecer o Senhor João Goulart, já festejando a opulência de seu poder semiditatorial. (*Muito bem*).

O SR. OLAVO COSTA (*Para uma comunicação*) * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero trazer aqui a minha solidariedade, a solidariedade do povo de Juiz de Fora, ao povo de Belo Horizonte, ao povo mineiro pela atitude digna, vibrante, de repulsa aos comunistas que compareceram à Capital do Estado para prosseguir na sua agitação na pregação da desordem. Desejo lembrar aos Senhores João Goulart e Santiago Dantas que não percam tempo em mandar para esta Casa mensagem no sentido de que seja registrado o Partido Comunista, trazendo-o à legalidade. A Câmara, de forma alguma, consentirá em tal autorização. Dizem que a medida não depende do Congresso, mas do Tribunal Superior Eleitoral que, acreditamos, não dará tal permissão.

Portanto, aqui fica êste aviso: se depender da Câmara, não percam tempo S. Exas. Cuidem o Senhor João Goulart da administração pública, o que até hoje não fez. Vive S. Exa. estimulando a desordem, a anarquia e a administração aí está, abandonada. Sua Excelência ora está em sua fazenda, ora em Petrópolis, ora no Espírito Santo, passeando, e a administração abandonada, o País nesta desordem, nesta intransquilidade. Re-

* Não foi revisto pelo orador.

pito: não perca S. Exa. tempo enviando essa mensagem à Câmara e cuide da administração pública.

Era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem.*)

O SR. VALÉRIO MAGALHÃES (*Para uma comunicação*) — Senhor Presidente e Senhores Deputados. Acabamos de ouvir há poucos momentos a palavra do nobre Deputado Carvalho Sobrinho que trouxe novamente à baila a tese da volta da Capital Federal à Cidade do Rio de Janeiro. O pretexto usado é o de que Brasília não oferece segurança aos poderes constituídos do País, caso se trame e se execute um movimento revolucionário.

Sr. Presidente, nobres Deputados, Democracia é debate, daí vir, imediatamente, contrapor-me aos seus argumentos. Iriamos usar a tribuna para tratar de assunto ligado à área amanônica, da qual aqui representamos uma parte, o Acre. Esse problema é focalizado nesta Casa, digamos de passagem, sempre por homens do Sul, sempre por aqueles absolutamente alheios ao fato de que o Brasil governa precisa sair do litoral; de que o Brasil precisa conhecer-se a si próprio em toda sua extensão e grandeza como Nação. É necessário que ocupemos, quanto antes, o outro Brasil, que em certas regiões ainda está como o deixaram os nossos colonizadores portugueses. Essas vozes do Sul devem compreender que o Brasil não é apenas litoral, a costa atlântica.

A razão apresentada, Sr. Presidente, nobres Deputados, não é válida e depõe muito contra os nossos foros de nação civilizada. Brasília já salvou por duas vezes o regime. A primeira, quando da posse do Senhor João Goulart, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Fosse no Rio de Janeiro, ter-se-ia então instalado uma ditadura: os movimentos seriam de tal ordem, com as tropas ali sediadas, agindo de pronto, que os Ministros militares teriam tomado o Governo com facilidade, se o

quisessem. Não se tenha dúvida sobre isso.

A segunda vez, foi recentemente, quando do pronunciamento dos sargentos. No Rio de Janeiro, as outras classes se levantariam, inclusive os operários, em greves, movimentos pelos agitadores, ali bem arregimentados. Teriam ido à frente do Palácio Tiradentes e, talvez, nos tivessem tirado de lá, de tal porte são as atitudes e as manobras dos agentes das badernas, servindo-se dos humildes operários, que tanto têm produzido por este País, mas que infelizmente, são maleáveis, facilmente plasmáveis nas mãos destes hábeis elementos que turbilhonam a vida nacional.

Brasília é irreversível e aqui foi plantada para integrar o País. Fala-se muito em revolução; mas ela virá se tentarmos fazer voltar ao Rio de Janeiro a Capital da República. Que os homens do Sul meditem muito nisso. Sejam justos e patriotas na solução do problema. Vejam a Amazônia, imensa, abandonada, ainda por ser ocupada. Vejam o Nordeste, que só agora começa a integrar-se no progresso e bem-estar do país. Vejam este Oeste imenso — cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras desguarnecidas e abandonadas na maioria dos casos. Pensem mais no Brasil, no porvir das novas gerações em vez de pensarem em si próprios. Tenham a noção de pioneirismo que possuímos muitos de nós aqui e não fiquem à beira do Atlântico, como carangueijos, na miragem oceânica, impressionados com as paisagens belíssimas da bela ex-Capital: voltem as vistas para o interior, para o outro Brasil; dêem as costas ao oceano e façam como fizeram aqueles bravos das grandes bandeiras nos primórdios da nossa formação geopolítica. Penetrem Brasil à dentro, até o coração de nossa Pátria e compreendam, então, que Brasília tem missão histórica a cumprir. (*Muito bem. Palmas.*)